Resolução Política do Diretório Estadual do PT RS

PT RS

14/04/2026

---

1. O cenário global, em especial na América e Europa, é marcado por uma preocupante ascensão de movimentos de extrema-direita e tendências neofascistas, xenofóbicas e pela violência do imperialismo, que desafiam as democracias, inclusive as consolidadas. A crise internacional de múltiplas dimensões e o declínio da hegemonia dos EUA influenciam as classes dominantes a incitar discursos de ódio, do nacionalismo reacionário e de questionamento das instituições multilaterais e do direito internacional, criando um ambiente de fragmentação social e política e acirrando conflitos, inclusive militares.



2. Diante deste tabuleiro geopolítico, o Governo Lula projeta o Brasil como um contraponto político e diplomático essencial, em defesa da soberania dos países, da paz e das liberdades democráticas. Ao defender o multilateralismo, a urgência de uma reforma nas instituições de governança global, a redução das desigualdades, reformas estruturais e a integração regional, o Brasil, sob a gestão Lula, desempenha um papel vital ao oferecer uma alternativa política em um mundo que parece caminhar para a barbárie.

3. Nesse sentido, o mundo precisa da liderança do presidente Lula. É neste cenário internacional adverso que o Governo Lula reconstrói a economia brasileira, reafirma a soberania do país, fortalece a democracia e promove um ciclo de inclusão social e consolidação de políticas públicas essenciais, como a saúde, a educação e a habitação. Em menos de quatro anos, o presidente Lula retirou (mais uma vez) o Brasil do Mapa da Fome, promoveu um avanço na questão tributária ao garantir a 30 milhões de pessoas a isenção total ou parcial do pagamento de imposto de renda. O conjunto das transformações em curso evidencia que o Brasil precisa de Lula na presidência.

4. Se, de um lado, temos conquistas e avanços a comemorar, de outro, temos desafios enormes para o próximo período: avançar no combate à financeirização, promovendo um novo ciclo de industrialização no país, com transição ecológica e energética justa; o enfrentamento da crise climática; o maior controle social sobre o orçamento público, garantindo a ampliação do financiamento da saúde e da educação públicas; a inserção soberana do Brasil no tema das novas tecnologias, da inteligência artificial e dos centros de armazenamento de dados; a defesa permanente da democracia no país. É preciso também abrir um debate sobre a necessária reestruturação da Defesa Nacional; este século demonstra que a garantia da soberania está

diretamente vinculada a uma estratégia de defesa. Tais desafios só poderão ser superados por um governo democrático e popular comprometido com o povo brasileiro.

5. Temas como o fim da escala 6×1, com a redução da jornada de trabalho, a taxação das grandes fortunas e dos bancos, e a necessária regulamentação das Big Techs, bem como a proibição das bets, a redução efetiva da taxa de juros e a ampliação do investimento público precisam ter centralidade política e eleitoral. O recente debate que o presidente Lula externou sobre a extinção das bets deve estar na nossa agenda.

6. Com Lula, deveremos fortalecer o papel dos BRICS e a aliança regional com os povos que possuem compromisso com a soberania e lutam contra a guerra e o imperialismo estadunidense.

7. O Rio Grande do Sul, com mais propriedade do que outros estados, sabe a diferença que fez o Governo Lula na reconstrução pós-enchentes que assolaram o estado; sabe de onde vem o socorro e o apoio a cada estiagem que assola o campo gaúcho; e sabe o quão nefastos foram os últimos 12 anos de governos neoliberais de Sartori e Leite.

8. O Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, desde a sua fundação, adotou uma estratégia de disputar suas ideias, projetos e políticas com os seus quadros políticos e sociais, expressando o seu programa político e a sua visão de sociedade de forma nítida. Desde 1982, buscamos apresentar candidatos às principais disputas políticas, seja para o Governo do Estado, seja para a prefeitura da capital gaúcha, seja para as prefeituras das cidades-polo do estado. Isso permitiu que a nossa proposta se tornasse conhecida e, aos poucos, num processo geral e nacional, fôssemos assumindo a liderança política do campo democrático e popular.

9. No caso do Rio Grande do Sul, em todas as 11 disputas do recente período democrático, apresentamos programa e nomes para o Governo, de 1982 até 2022. Desde 1994, por meio da candidatura de Olívio Dutra, assumimos a liderança do polo democrático e popular, ganhando o governo em duas oportunidades, com Olívio Dutra e Tarso Genro (1998 e 2010), chegando em segundo lugar em 1994, 2002, 2006 e 2014. Mesmo nas disputas em que não chegamos ao segundo turno (2018 e 2022), conseguimos manter a liderança deste campo popular e democrático nas candidaturas de Miguel Rossetto e Edegar Pretto.

10. Este resgate histórico é importante porque, pela primeira vez em 44 anos, por conta de uma decisão majoritária do Grupo de Trabalho Eleitoral Nacional (GTE – Nacional), com a chancela da maioria da Comissão Executiva Nacional, portanto, uma decisão que contrariou o nosso acúmulo, o PT do RS participará de uma disputa ao Governo Gaúcho sem encabeçar a chapa majoritária.

11. Trilharemos um caminho em que o principal porta-voz do campo popular será um nome vinculado ao programa e à história do Trabalhismo Gaúcho. Esta tradição merece nosso respeito, mas será algo que não acontece desde 1990, quando Alceu Collares tornou-se governador do nosso estado, com o apoio do PT no 2º turno.

12. Esta trajetória política, associada a uma leitura sobre a melhor e mais adequada estratégia política para vencer as eleições no RS e a uma compreensão sobre o fracasso dos 12 anos de hegemonia neoliberal, fez com que acumulássemos algumas opiniões de forma praticamente consensual.

13. Acumulamos que o nosso estado vive uma década perdida, com baixo crescimento econômico, perda de população, privatizações e desestruturação estatal, sucateamento de serviços públicos, sonegação de recursos da saúde e da educação e um brutal ataque ao funcionalismo público, que é o responsável direto pelo atendimento à população. Soma-se a isso um desprezo pelo conhecimento técnico e científico produzido no estado, em detrimento de consultorias externas, além de uma política de desestruturação da legislação ambiental na contramão do que estão fazendo governos em diferentes partes do mundo.

14. O Rio Grande do Sul precisa voltar a crescer, com uma política industrial forte; com transição ecológica e energética justa nos diversos setores econômicos do campo e da cidade; com combate às desigualdades sociais e regionais e atenção prioritária às populações em situação de vulnerabilidade. Para tudo isso,

precisamos de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social pautado pela inovação, diversificação produtiva e sustentabilidade. E, para isso, nosso estado vai precisar do apoio do Governo Lula.

15. Foi neste cenário que o PT gaúcho construiu, por unanimidade, com o apoio de 400 delegados e delegadas no nosso encontro estadual, a pré-candidatura do companheiro Edegar Pretto ao Governo do Estado e do companheiro Paulo Pimenta para o Senado da República, em uma aliança com seis partidos políticos. Nossa compreensão é que o cenário eleitoral marcha para uma nova polarização com a extrema direita golpista e que, nessas condições, a campanha do presidente Lula no RS precisa de uma candidatura majoritária alinhada com a defesa do projeto nacional e com nitidez programática para o RS. O companheiro Edegar representa a síntese coletiva e consensual do PT nesse sentido.

16. Por isso, expressamos em documentos a ideia de que um duplo palanque de Lula acumularia mais politicamente e eleitoralmente, chegando com mais potência, discurso e votos num eventual segundo turno gaúcho e brasileiro.

17. Diante da nacionalização na decisão sobre a tática eleitoral no RS pela maioria da Executiva Nacional do PT — método decisório estranho à tradição democrática do PT gaúcho, pois impôs outra tática eleitoral — cabe ao Diretório Estadual criar as melhores condições para fortalecer a campanha Lula no estado, derrotar a extrema direita na disputa pelo governo do RS, com a candidatura de Juliana Brizola, eleger Pimenta e Manuela para o Senado e ampliar sua presença na ALRS e na Câmara Federal.

18. Nesta nova etapa, compreendemos que o companheiro Edegar Pretto tem o papel de protagonista, em combinação e articulação fina com a direção partidária, no processo de manutenção da aliança construída até aqui e na ampliação com o PDT, na construção da participação do PT na vaga de vice de Juliana Brizola. O processo realizado até o momento, das Caravanas Levanta o Rio Grande, deve ser mantido como uma agenda de mobilização da militância partidária para a disputa eleitoral do segundo semestre. É necessário também que o PT mantenha a vaga no Senado da República com Paulo Pimenta, vaga esta que o partido detém há 24 anos.

19. Deveremos, rapidamente, apresentar à direção trabalhista a nossa leitura de período, nossa visão de discurso de campanha, da defesa intransigente da candidatura Lula e das diretrizes de programa de governo, tendo como base a resolução de diretrizes aprovadas no Diretório Estadual do dia 28 de fevereiro último. Bem como reafirmar a importância da saída efetiva do PDT do governo Leite como preliminar fundamental para nova etapa que vamos construir.

20. Também chamaremos, para a segunda quinzena de junho, um encontro estadual do Partido dos Trabalhadores para organizar nossas fileiras dentro deste novo quadro político no Rio Grande do Sul.

21. Sempre tivemos a compreensão da importância da unidade do campo democrático e popular na luta contra o neoliberalismo e a extrema direita. Não por acaso, o RS esteve à frente da organização do Fórum Social Mundial nos anos 2000 e, recentemente, junto com demais partidos de esquerda, organizou em Porto Alegre a 1ª Conferência Internacional Antifascista.

Porto Alegre, 13 de abril de 2026.

Diretório Estadual PT Gaúcho

NOTAS

*** A resolução foi aprovada por unanimidade, com uma abstenção**

*** O parágrafo 17 foi votado em destaque, com 39 votos pela expressão “nacionalização da decisão” e 18 votos pela expressão “intervenção pela maioria da Executiva Nacional”.**

Compartilhe nas redes: